

A literatura enquanto um fato social: instâncias e instituições

Profa. Ms. Sandra Eleine Romais Leonardi¹ (FAEL)

Resumo:

Este artigo lança um olhar sobre a concepção de literatura constituída não apenas pelas questões artísticas ou estéticas, mas sobretudo dependente de um complexo sistema que envolve o social, o político, o econômico, o ideológico e o material. Analisa, assim, a partir dos moldes burgueses, os dispositivos necessários para a produção, divulgação, distribuição e acolhimento do artefato literário. Esse Sistema Literário define as proporções e o valor estético que cancelam a literatura. A pesquisa bibliográfica faz um recorte sociológico procurando enfatizar a trajetória histórico-social brasileira. Deste modo, a literatura assume um papel político que contribui para a formação de um leitor crítico e incita a reflexão e ao questionamento do discurso ideologicamente dominante.

Palavras-chave: Sistema Literário, produção, recepção, divulgação.

1 Introdução

O processo de mundialização é uma das principais marcas do mundo moderno e atinge não apenas o campo político e econômico, mas todos os âmbitos de relações e trocas sociais. Pode-se assim observar a literatura como um campo cultural e social que tem se moldado conforme essas intensas relações de mercado. A concepção de literatura, como hoje é entendida, está intrinsecamente relacionada à revolução burguesa, movimento responsável pelo desencadeamento de todo o processo de produção, distribuição e circulação do artefato literário e dos dispositivos necessários para a divulgação e acolhimento deste material artístico. Sendo assim, este artigo tem como objetivo analisar esse complexo jogo de relações que estabelece um Sistema literário, notadamente construído por uma rede de elementos que se inter cruzam e moldam conceitos conforme os valores vigentes do contexto sócio histórico. Serão destacados aqui cinco circuitos que acredita-se essenciais para dar as proporções e o valor estético que cancelam os textos literários como de fato literatura: 1) o circuito de produção e recepção, que se refere à constituição do autor e do público-leitor; 2) o circuito de produção material dos textos, que trata da evolução das técnicas de impressão e das novas tecnologias; 3) o sistema legislativo e econômico, desenvolvido para regulamentar o comércio livreiro e os direitos autorais e editoriais; 4) as práticas discursivas e a atuação das instituições como a Academia de Letras, a crítica e a história literária, na elaboração dos padrões ou modelos de literatura e; 5) o sistema educacional que forma o público-leitor (consumidor) e divulga os valores da classe dominante, atuantes no sistema literário. É nesta direção que se pretende ampliar o olhar sobre a formação de uma literatura brasileira – e ver o que há além do autor, do texto e do leitor, observando todas as vozes que cercam o fato literário.

2 Constituição de um Sistema Literário

Para que possa ver além do autor, do texto e do leitor, é preciso primeiramente deter o olhar sobre esses três elementos fundamentais e indissolúveis e observar suas particularidades e dimensões. A inexistência de qualquer um dos elementos da tríade autor-texto-leitor, impede que se ocorra um evento literário. Em outras palavras, pode-se dizer que a literatura só existe a partir da relação efetiva entre esses três componentes. Na sequência, apresentar-se-á as demais instâncias que motivadas pelo circuito de produção e recepção, interagem de modo a regular as trocas do objeto cultural – o texto – estabelecendo seu valor estético e material.

2.1. Circuito de Criação e Recepção do texto

A literatura enquanto uma produção social é elaborada por alguém que ocupa um lugar definido na sociedade e dirige-se para um leitor igualmente constituído na, pela e para sociedade. Segundo Jobim e Souza (1987, p.17), a literatura: “é uma produção social devido, entre outros, aos seguintes fatores: a língua que utiliza; os temas de que trata; os criadores e o momento da criação; os recursos artísticos disponíveis; o ato da leitura”. A afirmação remete às situações relacionadas ao posicionamento social do autor e aos fatores internos e externos ao ato criador que o influenciam e encontram ressonância em algum ponto nos estudos literários. A língua, por exemplo, é a principal marca de identificação de uma determinada sociedade (ou nacionalidade). Através do traço linguístico, toda gama de discursos e trocas sociais se torna possível. No caso da literatura, a caracterização da própria linguagem poética se constitui na organização criativa dos signos, provocando, assim, o efeito estético e apreciativo da obra. A capacidade de representar o mundo por meio da escrita constitui-se sinal de hegemonia e poder de determinado grupo, que luta para manter sua cultura e história através dos tempos. Portanto, a função de escritor já supõe sua integração num sistema fechado e, de certa forma, dominante sobre as demais culturas. Ou seja, a disposição do autor em produzir uma obra em determinada língua já o posiciona como integrante da respectiva cultura, assim como as escolhas das palavras o posiciona ideológica e politicamente em sua época. É, portanto, a palavra, sobretudo a impressa, que conserva e determina o que é literatura a um público leitor, conforme o contexto histórico. Este fato justifica a dificuldade de determinar um marco histórico para o início de uma produção literária tipicamente brasileira, uma vez que enquanto Brasil-colônia a identidade de um indivíduo brasileiro – tal como se compreende hoje – ainda não era possível, sobretudo porque este conceito não envolve apenas uma questão geográfica, mas sócio-cultural e linguística. Nesta época, o escritor ainda não ocupava um posição social de destaque, pelo contrário, era considerada uma atividade marginal, sem remuneração e sem espaços para divulgação do trabalho. O público leitor ainda não se formara para que o produto literário fosse algo atrativo ao mercado de produção. Segundo Hallewell (1985), praticamente não existiu tipografia no Brasil durante quase todo o período colonial, devido às péssimas condições financeiras para produção e comércio, falta de transporte para circulação deste produto e falta de consumidores. Os temas tratados na literatura também são inspirados pelo contexto social real em que vive o autor. Assim, cabe ao autor selecionar e reinterpretar o universo histórico e social que o rodeia. Como afirma Lajolo (2001, p. 47), “[...] embora comprometida com o mundo do possível e não com o mundo do real, a criação literária nasce de uma imaginação ancorada na realidade”. A literatura tem auxiliado na (re)organização da sociedade, pois a leitura ficcional, ao mesmo tempo imita padrões, reflete o comportamento e constituição social, e propõe reflexões críticas acerca do real, podendo promover, sobretudo, mudanças e reajustes na visão de mundo do indivíduo. Sobre o momento da criação, pode-se dizer que cada autor investe em sua obra determinado tempo, segundo as disposições internas e condições externas impostas pelo seu contexto. Após a finalização de sua escrita, o autor deverá providenciar os meios necessários para que sua obra seja publicada e alcance seu objetivo. As relações da literatura com os modos de produção, característica própria da atualidade, desmistificaram a ideia de que o escritor é um ser marginal e isolado da vida social. O aparecimento do escritor como uma categoria social, provido, portanto, das implicações de ordem econômica e política, só se concretizou no século XVIII, e tudo graças às condições propícias, como o desenvolvimento da impressão, da indústria cultural e a presença suficiente de um público leitor, capaz de mobilizar, através do comércio, as tiragens dos livros publicados pela indústria livreira (PIACENTINI, 1991). Assim como a obra, o escritor também depende da relação e da observação de um leitor. Ou seja, o escritor depende tanto da produção material quanto do leitor, para que seja reconhecido como escritor. É para defender tal princípio que Antonio Candido, em sua obra **Literatura e sociedade** (1967), afirma que a criação literária deve ser considerada a partir da posição social do escritor e da formação do público. A posição do escritor é determinada, em primeiro lugar, pela concepção que o próprio escritor tem de si mesmo, e em segundo, pelo conceito que o público formará a seu respeito, após a leitura da obra literária. Convém observar aqui que a posição geográfica do escritor, por exemplo, pode determinar perfeitamente o seu reconhecimento diante do social. Isso porque em todo mundo o sistema hierár-

quico de poder funciona até mesmo nas questões de nacionalidade. As concepções e motivações que o escritor formulará acerca de si mesmo, encontram-se também nos fatores como a inspiração, vocação, senso de missão e, principalmente, a responsabilidade profissional. A medida que o público se reconhece na obra, o escritor assume seu posicionamento diante da sociedade. Por isso o papel do leitor é fundamental. Segundo Escarpit (1969, p. 39), “uma definição rigorosa da literatura supõe uma convergência de intenções entre o leitor e o autor. Uma definição mais ampla exige, pelo menos uma compatibilidade de intenções”. Para isso, a obra deverá vencer a fronteira da língua e encontrar um público alfabetizado, capaz de compreender a linguagem utilizada pelo autor. Respeitando a limitação de cada idade ou fase de aprendizagem do leitor, a leitura literária ideal pressupõe um leitor crítico que estabeleça uma mediação entre a leitura apreendida e o contexto social que vivencia. Como, porém, distinguir os tipos de leitor e observar os possíveis públicos de uma obra? A princípio tentou-se rastrear a quantidade e a qualidade do público através do consumo de livros e da efetiva leitura dos textos. Entretanto, nem sempre o consumo material, ou seja, a compra de um livro, corresponde à sua leitura; assim como a não posse do livro não indica, necessariamente, a ausência de leitura. Fato semelhante, aliás, acontece também com os níveis de leitura: a leitura de um texto pode não corresponder a uma leitura literária, aquela que, como já foi visto, busca o prazer, a gratuidade a crítica à realidade. Isso significa que os fatores externos como o social, cultural e histórico, interferem significativamente nos modos de leitura. Escarpit (1969) explica que cada grupo social possui necessidades culturais diversas e diferentes entre si. Esses grupos sociais podem ser identificados (teoricamente) pelo sexo, idade, classe social e outros fatores históricos, ou, pelo chamado grupo cultural, caracterizado por uma identidade literária definida. Escarpit identifica dois grandes blocos pertencentes ao grupo cultural: o grupo de letrados e o grupo popular. O público do grupo letrado pode ser constituído por pessoas que: “[...] receberam uma formação intelectual e uma educação estética suficientemente aperfeiçoada para lhes permitir emitirem um juízo literário pessoal, tendo tempo para ler e dispondo de recursos que permitam a compra de livros” (ESCARPIT, 1969, p. 125). Nessa concepção, um tanto idealizada, está incutida um certo jogo de poder – econômico e intelectual – o qual implicaria, sem sombra de dúvidas, os aspectos e o contexto proporcionado pela classe burguesa. Para o autor, a categoria dos letrados está na origem da própria noção de literatura. Não é de se estranhar que a maioria dos escritores faz parte do próprio grupo letrado, de uma elite cultural. , o grupo de letrados disponibiliza todos os indivíduos necessários para que se concretize o fato literário, ou seja, é do grupo de letrados que se formam os críticos, editores, os escritores e os leitores. Coincidentemente, são os sujeitos pertencentes a esse grupo que monopolizam o capital para produção, circulação e divulgação de seu próprio meio literário. Esse grupo letrado se subdividem em grupos (sociais, religiosos, profissionais, etc.) onde compartilham as mesmas ideias, crenças e juízos de valor. Tais concepções são manifestas em certos usos de linguagem (nível linguístico), interesses temáticos, preferências de gêneros e outros. Porém, além desses conhecidos nomes, autores consagrados pelos livros escolares e prateleiras de bibliotecas e livrarias, existem outros fenômenos literários circulando fora desses circuitos fechados: “Os excluídos da tradição mais conservadora dos estudos literários têm agora seus livros e seus cursos. E quase que sua academia. Nem sempre, no entanto, com o mesmo prestígio, quase nunca com o mesmo capital” (LAJOLO, 2001, p. 110). excluídos da tradição, como ironiza Lajolo, correspondem ao grupo popular, que tem suas próprias necessidades artísticas e literárias, manifesta-se culturalmente, com o mesmo grau de importância e valor do grupo letrado. No entanto, o grupo popular não conta com os recursos financeiros necessários para movimentação de mercado de trocas e, por isso não se encontra apto a entrar no **jogo literário**. As instâncias direcionadas a esse público (popular) têm aparecido e se especializado, apesar do gosto literário ainda ser um tanto intuitivo e sem emissão de julgamento de valor. Hoje, tem-se, por exemplo, literatura para crianças e jovens, mulheres, negros, homossexuais, índios, imigrantes, de caráter policial, científico, esotérico, autoajuda, religioso, de reportagem, crônicas, e outros. Cada uma destas literaturas possui o seu sistema de troca particular. Enfim, a tentativa de delimitar a esfera dos públicos é generosamente comprometedora, uma vez que os públicos estão em constante movimento. Para Candido (1967, p. 88), o “público nunca é um grupo social,

sendo sempre uma coleção inorgânica de indivíduos, cujo denominador comum é o interesse por um fato”. Nesse sentido, pode-se afirmar que o surgimento de um público real no Brasil foi estimulado pelas primeiras políticas educacionais (Reformas pombalinas), que iniciou o processo de formação de um público leitor, e os projetos políticos de independência, que uniu as pessoas num interesse comum, posicionando o escritor neste universo colaborativo na formação de opinião e divulgação de ideais nacionalistas – um reconhecimento de uma nação.

2.2. Circuito de Produção material dos textos

É no concreto ou material, histórico e social que a obra passa a existir enquanto objeto de significação. O primeiro ato de materialização de um texto parte necessariamente do autor quando este exprime sua arte. O autor, no entanto, escreve textos e não livros. A intenção do autor e todas suas estratégias textuais tornam-se objetos escritos, manuscritos ou até informatizados, por meio de um conjunto de dispositivos responsáveis por esta produção material. Sendo assim, a obra literária, como hoje é entendida e enquanto parte de um sistema literário, que se completa na leitura do leitor, depende tanto de seu criador como dos diversos aparatos materiais que tornam possível sua circulação e sua chegada até o público. É certo que a literatura, vista como manifestação artística do homem, sempre esteve presente em sua essência sonhadora, nas histórias, nas canções, rituais culturais e religiosos, na contemplação da vida, do amor e da morte. Porém, a existência de uma *vida literária* só foi possível a partir do registro escrito (ou impresso) das letras. As invenções da escrita e da imprensa são responsáveis pelo grande acervo literário e, sobretudo, pela circulação das ideias sobre literatura, fazendo emergir a própria história e crítica literárias. Esse processo material, evidentemente, passou por diversas modificações ao longo do tempo. Há fragmentos de escrita, símbolos ou códigos específicos de um povo em suportes diversos (pedras, marfim, barro, metal, madeira, pele de animal e outros) e em formatos variados (tábuas, rolos, códice). O livro foi utilizado durante séculos, popularizando-se devido a sua forma mais econômica, por conter vários caracteres da escrita em um único exemplar. O papel foi considerado um grande avanço para os manuscritos, pois sua espessura e resistência permitiam a escrita grafada em ambos os lados da folha, sendo um significativo investimento econômico, de fácil manuseio e de transporte. O caminho tecnológico da indústria livreira começa com a invenção da prensa mecânica que se expande rapidamente por toda Europa. Essa técnica ampliou o universo da leitura, pois, em grandes tiragens, o papel impresso facilitou a divulgação das letras. No século XVIII, com a Revolução Industrial, a Inglaterra moveu o mundo com seu maior avanço tecnológico: a máquina a vapor. A tipografia, então, deixou de ser uma atividade artesanal para ser fabricada no sistema industrial. Assim, as impressoras manuais foram substituídas pelas mecânicas e de rotatórias. Com efeito, o advento da imprensa e a possível materialização do objeto literário em grande escala de produção, muitas vezes, são fatos que passam despercebidos nos estudos históricos e literários, porém, implicam significativamente na reorganização mental e do pensamento do homem ocidental. A partir deste momento é que a literatura, na concepção que se tem hoje, passou a existir. Segundo Eisenstein (1998), todos os leitores, independente de sua profissão, precisavam se familiarizar com as páginas numeradas em arábico, com os sinais de pontuação, os índices, títulos e subtítulos que dividiam as seções conforme a especificidade dos assuntos. A padronização disseminada pela imprensa modificou o sentido do individualismo, característica muito marcada pelos manuscritos que apresentavam traços pessoais, desde a escolha das obras até as anotações pessoais de leitura. Agora, as cópias são iguais e de fácil acesso a todos, sendo escritas nas línguas vernáculas, alcançando um maior número de leitores e ouvintes. De certa forma, os códigos linguísticos fixaram-se mais em seus significados, padronizando o idioma para escritores e leitores. Assim, é possível observar que a escrita conseguinte de sua divulgação e popularização via imprensa atingiu todos os âmbitos do conhecimento do homem, seu pensamento e, principalmente, foi determinante para sua política. Embora o livro seja o suporte material mais conhecido popularmente, hoje, conta-se com as novas tecnologias, que com tamanha rapidez, substituem o papel. O petróleo, por exemplo, o grande empreendimento dos séculos XX e XXI, tem sido aproveitado para a elaboração do plástico, permitindo a formulação dos *CDs Player*, *CD-ROMs*, disquetes e

outros. O mundo informatizado pelas redes e sites da Internet transpassou, até mesmo, o material físico para o virtual. A disponibilidade de textos diversos na tela do computador modifica a relação do *autor/obra/leitor*. As possibilidades de interação com o texto são diferentes agora: a intertextualidade, a facilidade de estar, ao mesmo tempo, em contato com outros textos auxiliares para a leitura, moldam um novo estilo de apreensão do texto, um novo *ser leitor*. Todos esses recursos materiais e tecnológicos estão sendo aperfeiçoados e integrados no meio social pelo sistema de comercialização, que tem como objetivo veicular a produção literária no sistema de distribuição e circulação, para que as obras alcancem o seu público e realizem-se por meio do ato da leitura (ZILBERMAN, 2001). Neste circuito de produção, o segredo comercial e das decisões que influenciam todo sucesso ou fracasso das obras encontram-se entre os editores e os livreiros. A opinião e aceitação de uma obra pelo editor é o primeiro passo para o reconhecimento do escritor e sua integração no ciclo econômico. São as editoras as responsáveis pelos contratos e pagamentos dos escritores e de colocar em circulação, após a materialização, o objeto literário. O editor é um componente novo e extremamente eficiente e preciso para publicação de uma obra inserida no contexto moderno e capitalista. Segundo Escarpit (1969), devido à crescente complexidade da indústria livreira, a função técnica e administrativa antes realizada apenas pelo impressor, ou tipógrafo responsável, passou a exigir a colaboração de outros membros, devido à evolução, modernidade e inclusão no modelo de produção capitalista. Hoje, as tarefas se distinguem entre o editor, operador das máquinas, o capista, o diagramador, revisor do texto, a gerência comercial, de vendas e *marketing*, o livreiro e outros colaboradores. O editor assume o papel de empresário, selecionando as obras que serão publicadas, coordenando todas as seções que antecedem a publicação conforme a política adotada pela empresa, controlando o número das tiragens e incentiva os meios de difusão. Assim, como parte do jogo econômico e ideológico, a fabricação dos livros dirigidos pelo editor acaba por decidir quais obras atingirão determinado grupo de leitores, com ajuda das técnicas publicitárias e instâncias promotoras e incentivadoras da leitura, fato que demonstra como cada instância se intercruciza e depende uma das outras.

2.3. Circuito legislativo e econômico

No novo contexto de produção, o livro é um objeto de consumo e a literatura passou a ter valor de troca – não só cultural mas, principalmente, econômico. No momento em que a produção de livros converteu-se num segmento economicamente viável e atuante no mercado, foi possível perceber, mais claramente, elementos reguladores de duas naturezas: uma econômica, que intensifica a formulação de um sistema legislativo e outra de natureza ideológica, de tendência conservadora e controladora da manifestação artística e literária. Assim, para que o sistema legislativo existisse em relação às obras e a todos os envolvidos em sua materialização, percorreu-se um caminho árduo no plano econômico e ideológico, implicando, evidentemente, em princípios reguladores das ações que pudessem envolver autores, editores e públicos.

É que a lei não vê no livro senão o objeto material e considera apenas o valor da fabricação. Na verdade, seria preciso tomar em conta o valor real da troca cultural em função de tal ou tal meio, de tal ou tal grupo. Conforme a estrutura econômica-social de dois países, conforme o lugar que a função cultural ocupa na sua hierarquia nacional, assim também um livro terá diferente significação e difusão num e noutro (ESCARPIT, 1969, p. 124).

O valor econômico da obra é regido pelo preço de custo e, em seguida, pela aceitação do público e o valor atribuído pelas instâncias competentes, que acrescentarão um valor literário refletido imediatamente na economia de venda. De certa forma, o valor econômico é dependente do valor literário, logicamente dado após a publicação. É nesse momento que o editor precisa concentrar-se nas técnicas de venda e propaganda de seu produto a fim de chamar a atenção na *mídia* e da crítica literária, para que seu produto se torne significativo em meio a tanta competitividade. Atualmente, os editores têm percorrido o caminho inverso, ou seja, acrescentando valores no *estado civil* - que, segundo Lebre e Martin (2000), são as informações que atualmente o livro traz em suas primeiras

páginas: o nome da obra, seu autor, ano da publicação, a editora, o nome do editor, tradutor, ilustrador, o prefácio e um resumo sobre o assunto ou tema da obra. Até o século XV, não havia a página de rosto com tais informações nos livros impressos. Dificilmente havia informações sobre a origem dos textos. Assim, os livros reservam espaços como o verso ou a orelha do livro, os prefácios e outros, para homenagear o autor ou indicar a obra a seus possíveis leitores. Normalmente, procuram-se pessoas renomadas das áreas afins para comentar sobre a publicação da obra. Até a escolha da editora pode dar à obra certo *status* literário e, conseqüentemente, repercutir no valor financeiro da obra. Por outro lado, o valor da obra encontra-se também, e principalmente, nas negociações do mercado. As relações entre o preço de custo e os seus componentes (matéria-prima, papel, tinta, funcionários, impostos, etc.) variam conforme a época e a situação econômica do país. O maior número de pessoas em serviço e em funções diferentes provocou, conseqüentemente, o estabelecimento de novas jornadas de trabalho, contratos e salários, como uma típica construção empregatícia aos moldes burgueses. Esse modelo torna o livro cada vez mais imerso no complexo sistema capitalista. Assim, as questões econômicas exerciam força sobre a formulação de leis que pudessem regular a ação dos envolvidos no processo de produção do impresso, a fim de garantir um retorno financeiro satisfatório para todas as partes envolvidas no negócio do livro. Ao lado dessas questões econômicas encontra-se o elemento regulador de caráter ideológico, concentrado e exercido, quase que exclusivamente, pela Igreja e/ou pelo Estado. O Estado, em praticamente todos os países, interveio imediatamente nas negociações legais para obter privilégios, fazendo funcionar, assim, restrições ideológicas e econômicas através de legislação relativa à produção e circulação de textos. A Igreja e o Estado exerceram por vários séculos o controle exclusivo e autoridade máxima sobre a nação, supervisionando e censurando o conteúdo permitido para as obras, segundo os seus próprios interesses. A classe detentora do poder ideológico concentrava o capital de giro, obrigando os escritores a depender de seus favores para realizar suas publicações. No âmbito legal, os impressores foram os primeiros a conquistarem o direito exclusivo de publicação de uma determinada obra, adquirindo seu monopólio. Diante da situação, muitos escritores passaram a pagar pela impressão de seus livros, ficando responsáveis por distribuir e vender os exemplares. A editora apenas prestava um serviço. Somente no século XVII, os autores começam a formar as academias literárias e lutar pelos seus direitos. As reivindicações atingiam primeiramente o âmbito do reconhecimento de uma obra literária, do seu autor e sua remuneração equivalente ao seu trabalho, ou pelo bem proporcionado à sociedade. Possivelmente a luta pelos direitos do autorais foi tardia devido à concepção dos próprios autores em relação à arte. Atualmente o Brasil possui diversas leis que asseguram os direitos de todos os elementos envolvidos na produção do artefato literário, prevendo até mesmo futuras adaptações cinematográficas, adaptações, traduções, etc.. A atribuição de um valor literário e artístico para as obras publicadas é função primordial de algumas instituições que, conforme o tempo e o momento histórico, ganham credenciais para legitimar e afiançar determinados valores sociais, ideológicos e culturais como expõe o próximo item.

2.4. Práticas discursivas e instituições de incentivo

Conforme é possível observar até agora, a obra literária agrega duas distintas espécies ou natureza de valor: uma de cunho econômico, advinda das despesas materiais de impressão e produção do objeto literário; uma segunda, determinada por práticas discursivas que atribuem um valor estético de beleza e relevância social, artística e literária para o texto em questão. “Para que uma obra seja considerada parte integrante da tradição literária de uma dada comunidade ou tradição cultural, é necessário que ela tenha o endosso dos canais competentes aos quais compete a literarização de certos textos” (LAJOLO, 2001, p. 18). De forma geral, a produção de discursos avaliativos dos textos (para que sejam considerados literários ou não) são realizados por indivíduos como professores, intelectuais, críticos, um júri de concurso literário ou por setores especializados como uma editora de prestígio, os cursos de letras, organizadores de programas escolares e de leitura, a própria mídia, o jornal, a televisão, etc.. Porém, os discursos mais definidos, posicionados politicamente e de maior acesso ao público são aqueles promovidos por instituições, independente de seu caráter filantró-

pico, governamental ou (inter) nacional. No Brasil, têm-se diversas instituições promotoras da leitura. As principais instituições ligadas à promoção e conservação do acervo literário brasileiro seriam, por exemplo: Instituto Nacional do Livro (INL); Fundação Nacional do Livro Infantil Juvenil (FNLIJ); Fundação da Biblioteca Nacional (FBN); Câmara Brasileira do Livro (CBL); Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB); Associação Nacional dos Escritores (ANE); Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL); Associação Brasileira dos Autores de Livros educativos (ABRALE); Associação Brasileira para proteção dos direitos editoriais e autorais (ABPDEA); Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU); Associação Brasileira de Difusão do Livro (ABDL) e outros relacionados também com a materialização do livro, como: Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA); Associação Brasileira de Indústrias Gráficas (ABIGRAF), entre outras. Tais instituições, em sua maioria, traçam seus objetivos com o interesse de defender os direitos legislativos e econômicos da indústria livreira no Brasil e os direitos do autor, promovendo, assim, os circuitos de produção e distribuição do livro. O incentivo dado por essas fundações e associações, em relação à leitura, passam por um trabalho seletivo realizado por um corpo de especialistas e historiadores, que atribuem importância em grau de valor literário e artístico para as obras impressas. Assim, a partir dos livros selecionados, constituem-se os acervos literários nas bibliotecas e elaboram-se, a partir dessas indicações e tendências, os livros didáticos escolares. Cada uma destas instituições possui sede administrativa, estatutos e regimentos próprios para seu funcionamento. Essa política, elaborada por uma pequena elite pensante, acaba impondo seus conceitos e formulações a respeito do que é ou não literatura, através da valorização hierárquica das obras literárias. Toda formulação elaborada pelas instituições, setores ou indivíduos renomados reflete-se diretamente na constituição da crítica e da historiografia literária brasileira. Essas atuam como entidades de maior confiabilidade no percurso da história e, principalmente, no ensino da literatura no Brasil. Outras práticas discursivas, de modo geral, são imprescindíveis para o credenciamento das obras, entre elas estão: a historiografia literária, a crítica e as academias. O papel da historiografia literária é fundamental para a legitimação das obras literárias no contexto capitalista de produção. Foi tal instância discursiva que assumiu, primeiramente, o endosso de credenciar e apontar as obras de maior valor para a sociedade:

[...] faz falta uma instância que, com competência para tal, reconhece a existência e o valor de autores e obras, reconhecimento sem o qual o surgimento e a consolidação do discurso julgado literário pode não ser visível. Em outras palavras, torna-se necessária a presença de um discurso que legitime a literatura, papel que, no momento de consolidação da literatura ocidentais modernas, foi cumprido pela história da literatura (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p. 95).

Assim, o papel da historiografia é duplo, pois, ao mesmo tempo, fornece a descrição do passado, da ocorrência de diversas obras, autores e movimentos literários característicos (papel histórico), e estipula, conseqüentemente, um cânone literário sustentado por um certo padrão de gosto (papel político e ideológico). As academias foram criadas a princípio como uma forma de organização dos próprios escritores a fim de lutar pelos seus direitos. No Brasil, a Academia Brasileira de Letras é considerada como a instituição máxima entre os literatos – nela encontra-se algumas das principais vozes responsáveis pela literarização ou desliterarização de um texto. Possui sede própria e mantém seus regimentos e estatutos originais, entre esses estão os critérios de seleção para os quarenta membros efetivos da academia. Assim, a Academia acaba por receber uma qualificação que lhe permite avaliar e reconhecer o valor literário das produções artísticas no Brasil. A Academia não possui recursos financeiros próprios, aceitando, inclusive por aval do regimento interno, contribuições do governo e de instituições privadas. Nada mais evidente, que a atuação da Academia Literária contribui significativamente na literarização dos textos literários, fazendo parte do complexo sistema literário como instância de poder e autoridade – infelizmente, controlado por forças maiores, como o Estado e as elites letradas brasileiras. Quanto à crítica, sua prática confirma sua influência sobre os escritores, instituições e na sociedade, pois, além de a crítica julgar, ela pode prever gostos do público e criar necessidades. Segundo Imbert (1971), a crítica, em geral, pode exercer várias funções, como, por

exemplo: informar sobre uma obra, ensinar, fazer uma propaganda, persuadir, guiar os próprios escritores quanto às tendências do público, distinguir o *belo* do *feio* com autoridade, reunir e comparar juízos de valor emitidos sobre a mesma obra e antecipar a opinião do público ou desejos populares. Do ponto de vista marxista, Eagleton (1991) analisa o surgimento da crítica relacionada com um espaço discursivo e específico criado pela burguesia: a esfera pública, formada por instituições sociais como clubes, jornais, periódicos, cafés ou ponto de encontro de leitores – onde indivíduos se reúnem para discutir e consolidar um discurso racional de alcance político. Num ponto de vista histórico, a crítica não dissemina apenas os valores estéticos da obra, mas, de forma indireta e subjetiva, divulga valores ideológicos, morais, éticos e políticos. Atualmente, acredita Eagleton, que a crítica perdeu sua relevância social porque faz parte do ramo de relações públicas da indústria literária.

2.5. O sistema educacional

A formação formal do leitor tem seu princípio na escola, como instituição burguesa numa sociedade capitalista e, portanto, toda concepção literária adquirida pelo indivíduo depende do que lhe é ensinado, do modo como lhe é ensinado e do como se lhe ensina. Deste modo, a compreensão daquilo que antecede qualquer fomentação acerca da literatura, obrigatoriamente produzida por cursos institucionalizados, é válida para que se possa propor e repensar o ensino da literatura, a fim de promover a leitura e uma melhor compreensão de como os valores são nela instituídos. A discussão acerca da escola, enquanto instituição burguesa e responsável pela educação da sociedade, torna-se relevante, na medida em que esta se associa à complexidade do sistema literário atuando, de maneira decisiva, na formação de um dos elementos-chaves desse mesmo sistema, a saber, o leitor. O contato com a literatura é de importância fundamental para a formação de um indivíduo crítico e questionador de sua realidade. Com efeito, o texto literário estabelece a relação entre a realidade concreta e a imaginação, criando (ou possibilitando) um espaço de transformação social. Por essa razão, o estudo da literatura, enquanto disciplina curricular escolar, sempre recebeu cuidados especiais por parte das classes dirigentes, pois a função educativa da literatura na escola é muito mais que uma questão pedagógica já que a literatura transmite valores morais, ideológicos, políticos e culturais. Sua riqueza, assim como os fatos da vida, podem ensinar tanto o bem quanto o mal, ela não corrompe, nem edifica, apenas intensifica as experiências do leitor. Destaca-se aqui apenas a forma como se dá esse processo de aprendizagem e contato com o literário. Na maioria das escolas continuam desenvolvendo a leitura literária a partir da disciplina de Língua Portuguesa, separando um momento em especial para os estudos da Literatura – esta vista e analisada sob enfoque da Historiografia literária. Além deste, a leitura vem de forma fragmentada mediada pelos livros didáticos. Nem todas as escolas públicas contam com bibliotecas suficientes para oferecer livros de literatura para que sejam lidos na íntegra. Prioriza-se também unicamente o estudo dos clássicos brasileiros ou seja, obras consagradas pelas instâncias anteriormente discutidas. Tais privações e métodos de ensino colocam em xeque a formação do leitor crítico no Brasil. A escola, responsável em ensinar as convenções de leitura literária, tem se calcado na reprodução de informações, embevecida ante à literatura do passado e de regras chanceladas pelas instituições como a crítica literária, elevando um modelo a ser imitado por todos. Entretanto, o ensino da literatura na escola não dá conta das manifestações literárias de hoje, como as adaptações e as traduções – afinal, como conceber o papel e a função do autor nesses casos? Como analisar, interpretar e produzir sentido a partir das frases e composições de protesto e poesia pichadas nos muros da cidade? Como relacionar uma obra literária e sua adaptação no cinema? Definitivamente, é hora de os acadêmicos, professores e mestres repensarem a literatura, principalmente a sua forma de divulgação (ou inculcamento) como é pela escola – a instância primeira de formação do leitor, e preocupante no contexto atual.

Conclusão

O estudo da história e crítica literárias interessa-se pelas questões relacionadas à estrutura e valor estéticos dos textos, seus autores e representatividade em determinadas épocas, enquanto que

a linha de investigação da formação do leitor preocupa-se com os modos de leitura, apropriação e interpretação dos textos literários pelo leitor. Na perspectiva sociológica, por sua vez, associam-se as questões históricas, de crítica discursiva e recepção de textos relacionando-as como parte integrante e igualmente constitutiva do processo de construção da noção de literário. Assim, observando-se tal perspectiva, o primeiro aspecto a ser destacado é a noção de literatura não restrita à tradicional tríade autor-obra-leitor, ainda que esses sejam elementos fundamentais e imprescindíveis para a realização do fato literário, mas não únicos, já que a literatura é pressuposta como uma prática social e específica que deve ser observada a partir do contexto em que se insere. A ideia de uma literatura como prática social não atinge somente os âmbitos das relações literárias, mas também sociais, possibilitando, portanto, um olhar crítico sobre os modos de produção, circulação, leitura e consumo dos textos literários, perspectiva que, acredita-se, pode ser bastante esclarecedora sobre a situação da literatura, e da leitura dos textos literários nos dias de hoje. As condições de produção livreira no País justificam certas falhas no sistema educacional, na formação de leitores e incentivo aos escritores, editores e livreiros. Como a pesquisa mostrou, as produções do período colonial no Brasil só não são mais ou igualmente numerosas porque os escritores dessa fase não viveram em um meio que lhes dessem as condições necessárias para criação e produção de textos, pelo contrário, a ação censora da igreja e estado agia fortemente dificultando o acesso à indústria livreira (tipografias e papel) e não incentivavam as escolas, formadoras do público leitor. Isso não quer dizer que as obras românticas ou modernas sejam melhores que as produções barrocas, arcadistas e outras. Consequentemente, também não significa que as produções escritas, publicadas e divulgadas tenham maior relevância estética ou valor do que a poesia feita à mão e guardada na gaveta ou pendurada nos varais de venda da região nordeste. Assim, esta pesquisa, somada a uma visão marxista, objetiva contribuir com as discussões que questionam os valores e critérios perpetuados por uma tradição literária e desvendam seus mecanismos de poder e exclusão ao apontar para outros elementos do sistema literário que podem mostrar como esses mecanismos funcionam.

Referências Bibliográficas

- CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1967.
- CHARTIER, R. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Coleção tempos. Trad. Mary Del Priore. Brasília: UNB, 1994.
- EAGLETON, T. **A função da crítica**. Trad. Jefferson L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- EISENSTEIN, E.L. **A revolução da cultura impressa**: os primórdios da Europa moderna. Trad. Osvaldo Biato. São Paulo: Ática, 1998.
- ESCARPIT, R. **A sociologia da literatura**. Lisboa: Arcádia, 1969.
- FEBVRE, L; MARTIN, H-J. **O aparecimento do livro**. Trad. Henrique Tavares e Castro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- HALLEWELL, L. **O Livro no Brasil: sua história**. Trad. Maria da P. Villalobos e Lólio L. de Oliveira. Revista e atualizada. São Paulo: T.A. Quiroz: Universidade de São Paulo, 1985.
- IMBERT, E.A. **Métodos de crítica literária**. Trad. Eugênia M.M. Madeira de Aguiar e Silva. Coimbra: Livraria Almedina, 1971.
- JOBIM, J.L.; SOUZA, R.A. **Iniciação à literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1987.
- LAJOLO, M. **Literatura**: leitores e leitura. São Paulo: Moderna, 2001.
- PIACENTINI, T.M. **Literatura**: o universo brasileiro por trás dos livros. Florianópolis: UFSC, 1991.
- ZILBERMAN, R. **Fim do livro, fim dos leitores?**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

1Autora

Sandra Eleine Romais LEONARDI, **Profa. Ms.**
Faculdade Educacional da Lapa - PR (FAEL)
E-mail: sandraeleine@hotmail.com